

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.416.067 - DF (2018/0331613-2)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**AGRAVANTE : EVERTON FARIAS RIBEIRO**  
**ADVOGADOS : JAMILE VASCONCELOS MIDAUAR - DF015858**  
**RONEY PEIXOTO MARTINS E OUTRO(S) - DF045181**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E**  
**TERRITÓRIOS**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por EVERTON FARIAS RIBEIRO contra decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, que inadmitiu o seu apelo nobre.

Consta dos autos que o agravante foi condenado à pena de 11 anos, 2 meses e 5 dias de reclusão, em regime inicial fechado, mais pagamento de 962 dias-multa, como incurso nas sanções do artigo 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06.

Inconformada, a defesa apelou perante a Corte local, a qual deu parcial provimento ao recurso, a fim de redimensionar a pena para 9 anos, 3 meses e 18 dias de reclusão, e pagamento de 925 dias-multa, mantidos os demais termos do édito condenatório.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Em Recurso Especial interposto com fulcro nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, a defesa pleiteou a nulidade do flagrante, a absolvição por insuficiência de provas quanto à autoria e materialidade e o afastamento da causa de aumento prevista no artigo 40, inciso III, da Lei n. 11.343/06.

O apelo especial não foi admitido na origem, ensejando a presente insurgência, na qual o agravante sustenta que os óbices indicados na decisão objurgada não incidiriam na hipótese dos autos.

Requer o provimento do agravo, a fim de que seja dado seguimento ao Recurso Especial.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento da insurgência.

É o relatório.

A par dos fundamentos declinados pelo Tribunal de origem por ocasião do juízo de admissibilidade ali realizado, constata-se que, de fato, o Recurso Especial interposto não merece seguimento.

Inicialmente, no que diz respeito ao pedido de nulidade do flagrante, verifica-se que referida matéria carece do indispensável prequestionamento, pois não foi debatida nas instâncias ordinárias. Note-se que o tema nem chegou a ser ventilado pelo agravante nas razões de apelação e nos embargos declaratórios, tratando-se de verdadeira inovação em sede de Recurso Especial.

Não tendo sido a questão trazida no apelo nobre invocada no momento oportuno na instância ordinária, mostra-se inviável a sua análise nesta via especial, ante o óbice das Súmulas ns. 282 e 356 do STF, que impedem o conhecimento de matéria não prequestionada por esta Corte Superior de Justiça.

A propósito:

*PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PLENÁRIO. NULIDADE. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. RECEDENTES. VIOLAÇÃO AO ART. 593, §1º, CPP. TESE SUSTENTADA APENAS EM RECURSO ESPECIAL. INOVAÇÃO RECURSAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E N. 356 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.*

[...]

*II - Trata-se de inovação recursal o pleito de absolvição pelo crime previsto no art. 35 da Lei nº 11.343/06, pois não fora levado à apreciação da Corte Estadual em apelação. Ademais, a ausência de prequestionamento constitui óbice ao exame da matéria pela Corte Superior, a teor das Súmulas 282 e 356 do Pretório Excelso. Agravo regimental desprovido.*

*(AgRg no REsp 1674212/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 02/08/2018, DJe 10/08/2018)*

*PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ESTUPRO CONTRA VULNERÁVEL. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. PALAVRA DA VÍTIMA. RELEVÂNCIA. NULIDADE. AUSÊNCIA DE INCOMUNICABILIDADE DA TESTEMUNHA. MATÉRIA NÃO PREQUESTIONADA. AGRAVO IMPROVIDO.*

[...]

*3. Carece o recurso especial do indispensável requisito do prequestionamento quanto à nulidade não apreciada pelo Tribunal de origem. Incidência das Súmulas 282 e 356 do STF.*

*4. Agravo regimental improvido.*

*(AgRg no AREsp 1301938/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 18/09/2018, DJe 25/09/2018)*

Ademais, tanto com relação ao pleito de nulidade do flagrante quanto no que se refere ao pedido absolutório por insuficiência de provas da autoria e da materialidade, observa-se que a defesa afastou-se da técnica necessária à admissibilidade do Recurso Especial, porquanto olvidou em indicar qual o dispositivo ou dispositivos de lei federal reputa violados.

Dessa forma, sendo patente a deficiência na fundamentação do apelo nobre quanto aos pontos mencionados, mostra-se inviável a sua análise por este Sodalício, ante o óbice da Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal, cujo teor é o que segue: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Ressalte-se que "A admissibilidade do recurso especial exige a clara indicação do dispositivo de lei federal supostamente violado, seja ele interposto pela alínea "a" seja pela alínea "c" do permissivo constitucional." (AgRg no REsp 1655278/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 19/09/2017, DJe 27/09/2017)

Confirmam-se:

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLEITO DE DECLASSIFICAÇÃO DO CRIME DE LESÃO CORPORAL GRAVÍSSIMA. (I) - AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO*

DISPOSITIVO LEGAL OBJETO DE INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. APELO ESPECIAL COM FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. (II) - DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ART. 255/RISTJ. INOBSERVÂNCIA. (III) - REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. VEDAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. VIOLAÇÃO AO ART. 59 DO CP. PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DAS CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. ELEMENTOS CONCRETOS. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

**1. In casu, verifica-se que o recorrente não aponta expressamente qual norma teria sido objeto de interpretação divergente, não evidenciando, assim, os motivos que fundamentariam a irresignação. Incidência do enunciado n.º 284 da Súmula do STF.**

**2. Mesmo nas hipóteses de interposição do apelo especial pela alínea "c" do permissivo constitucional, faz-se imperiosa a indicação do dispositivo da legislação infraconstitucional federal sobre o qual recaí a alegada divergência, sob pena de deficiência na fundamentação recursal.**

3. A não observância dos requisitos do artigo 255, parágrafo 1º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça torna inadmissível o conhecimento do recurso com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional.

[...]

(AgRg no AREsp 1226330/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 24/05/2018)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO E LESÕES CORPORAIS (POR CINCO VEZES) NA DIREÇÃO DE VEÍCULOS E ART. 305 DO CTB. PRETENDIDA IMPRONÚNCIA. DOLO EVENTUAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS INFRACONSTITUCIONAIS SUPOSTAMENTE VIOLADOS. INCIDÊNCIA DO ÓBICE DO ENUNCIADO N.º 284 DA SÚMULA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

1. O recorrente, ao fundamentar a sua insurgência no artigo 105, inciso III, alínea c, da Constituição Federal, afastou-se da técnica necessária à admissibilidade do recurso especial, na medida em que se olvidou em indicar qual o dispositivo ou dispositivos de lei federal que reputou violados, limitando-se a argumentar que o dolo específico lhe teria sido atribuído tão somente em razão da constatação de sua embriaguez.

**2. É cediço que a admissibilidade do recurso especial, seja ele interposto pela alínea a, seja pela alínea c, exige a clara indicação dos dispositivos supostamente violados, o que não se observou in casu, circunstância que atrai a incidência do Enunciado n.º 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal. Precedentes.**

[...]

(AgRg no AREsp 965.572/RS, de minha relatoria, QUINTA TURMA, julgado em 09/05/2017, DJe 19/05/2017)

Quanto ao afastamento da majorante do inciso III do artigo 40 da Lei n.

11.343/06, para melhor elucidação da questão, oportuno colacionar trecho do acórdão proferido no julgamento dos aclaratórios, *in verbis*:

*"As razões para manutenção da causa de aumento do artigo 40, inciso III, da Lei 11.343/2006 foram assim consignadas:*

*Na última fase, fez-se incidir a causa de aumento relativa ao tráfico próximo a escola, a qual constou de aditamento à denúncia realizado em audiência. De fato, do documento de folhas 13/21 é possível observar a proximidade entre a casa do réu e uma Escola Classe, bem como a um Centro de Ensino Médio. Ademais, ele mesmo afirmou que as filhas estudavam no colégio ao lado da residência. (folha 316v).*

*Observa-se à folha 14 dos autos em apenso que a casa do réu ficava a cerca de uma quadra da Escola Classe 06 de Ceilândia Norte e a cerca de quatro do Centro de Ensino Médio 02. Não há na lei referência à distância apta a caracterizar as imediações de estabelecimentos de ensino, cabendo ao julgador analisar o caso em julgamento. Aqui, não há dúvidas de que a mercancia ilícita poderia ter como público alvo os estudantes ou se aproveitar do maior fluxo próprio dessa região, ainda que não se tenha visualizado a venda direta a qualquer aluno, destacando-se que a mercancia ilícita era realizada em plena tarde, em dia letivo."* (e-STJ, fl. 385)

Da leitura do excerto transcrito depreende-se que a Corte *a quo*, após a reanálise dos elementos constantes dos autos, concluiu, de modo fundamentado, que o tráfico de drogas ocorria nas imediações de estabelecimentos de ensino e poderia *"ter como público alvo os estudantes ou se aproveitar do maior fluxo próprio dessa região, [...] destacando-se que a mercancia ilícita era realizada em plena tarde, em dia letivo."*

Nesse aspecto, desconstituir o julgado, no intuito de abrigar o pleito defensivo de afastamento da majorante, não encontra espaço na via eleita, pois seria necessário a este Sodalício aprofundado revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, incabível em sede de Recurso Especial, conforme já assentado pela Súmula n. 7 desta Corte.

Nesse sentido:

**PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. MAJORANTE ART. 40, III DA LEI DE DROGAS. IMEDIAÇÕES. DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA MERCANCIA COM FREQUENTADORES. ALTERAÇÃO DO CENÁRIO FÁTICO. SÚMULA 7/STJ. CAUSA DE DIMINUIÇÃO ART. 33, § 4º, DA LEI N. 11.343/2006. AFASTAMENTO. ELEVADA QUANTIDADE DE DROGA. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. BIS IN IDEM. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. PENA-BASE**

**FIXADA NO MÍNIMO LEGAL. INEXISTÊNCIA DE DUPLA VALORAÇÃO. AGRAVO NÃO PROVIDO.**

*1. Este Superior Tribunal de Justiça tem posicionamento consolidado no sentido de que, para a incidência da majorante prevista no artigo 40, III, da Lei n. 11.343/2006, é suficiente que crime tenha sido feito nas imediações dos locais especialmente protegidos, sendo, pois, desnecessário que a mercancia da droga envolva frequentadores destes locais.*

*2. Ademais, afastar a referida majorante, alterando o entendimento de que o tráfico ilícito de entorpecentes não ocorreu nas proximidades de estabelecimento de ensino, demandaria o exame aprofundado do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ.*

*[...]*

*(AgRg no AREsp 1002953/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 23/05/2017, DJe 26/05/2017)*

**HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO. DESCABIMENTO. TRÁFICO DE DROGAS. CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA (§ 4º DA LEI DE DROGAS). CONDENAÇÃO ANTERIOR. AUSÊNCIA DE TRÂNSITO EM JULGADO. DEDICAÇÃO A ATIVIDADES CRIMINOSAS. REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. AFASTAMENTO DA CAUSA DE AUMENTO DE PENA DO ART. 40, III, DA LEI N. 11.343/2006. IMPOSSIBILIDADE. INCURSÃO EM MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. REGIME PRISIONAL. QUANTIDADE DA DROGA APREENDIDA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. WRIT NÃO CONHECIDO.**

*[...]*

*3. Reconhecido pelas instâncias ordinárias, com fundamento nas provas colhidas nos autos, que a prática do crime de tráfico ilícito de entorpecentes ocorreu nas proximidades de estabelecimento de ensino, a fim de fazer incidir a causa de aumento do art. 40, III, da Lei de Drogas, a pretensão de afastar a referida majorante não pode ser apreciada por esta Corte Superior de Justiça na via estreita do habeas corpus, por demandar o exame aprofundado do conjunto fático-probatório dos autos. Precedentes.*

*4. A quantidade e do entorpecente constitui fundamento idôneo para o agravamento do aspecto qualitativo da pena, ou seja, para a fixação de regime mais gravoso (fechado).*

*5. Habeas corpus não conhecido.*

*(HC 459.900/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 18/10/2018, DJe 06/11/2018)*

Por fim, no tocante à interposição do apelo nobre pela alínea c do permissivo constitucional, está consolidado nesta Corte o entendimento de que a divergência jurisprudencial deve ser demonstrada mediante a descrição das circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fático-jurídica entre eles, sendo indispensável a transcrição de trechos dos acórdãos recorrido e paradigma, de modo a viabilizar o necessário cotejo analítico entre ambos.

Sobre o tema, já se decidiu que, quando o recurso interposto estiver fundado em dissídio pretoriano, *"É imprescindível o atendimento dos requisitos dos arts.*

*1.029, § 1º, do Código de Processo Civil e 255, §§ 1º e 3º, do RISTJ, para a devida demonstração do alegado dissídio jurisprudencial, pois, além da transcrição de acórdãos para a comprovação da divergência, é necessário o cotejo analítico entre o aresto recorrido e o paradigma, com a demonstração da identidade das situações fáticas e a interpretação diversa ao dispositivo de legislação infraconstitucional, o que não ocorreu na espécie. A inobservância dessa formalidade impede o conhecimento do recurso especial nesse aspecto." (AgInt no AREsp 527.125/AP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 10/10/2017, DJe 18/10/2017)*

No caso em exame o recorrente limitou-se a citar os acórdãos paradigmas sem realizar o devido cotejo analítico para fins de comprovação da divergência jurisprudencial alegada.

Vejam-se:

*PENAL. PROCESSUAL PENAL. EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DE DIREITOS AUTORAIS. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. VIA INADEQUADA. INCOMPETÊNCIA DO STJ. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO SOCIAL E DA INSIGNIFICÂNCIA. NÃO APLICAÇÃO. SÚMULA 502/STJ. PLEITO DE DECLASSIFICAÇÃO DA CONDUTA DELITIVA (ART. 184, CAPUT, DO CP). REEXAME DE PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA.*

*[...]*

*III - "Segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, 'a simples transcrição de ementas e de trechos de julgados não tem o condão de caracterizar o cotejo analítico, uma vez que requer a demonstração das circunstâncias identificadoras da divergência entre o caso confrontado e o aresto paradigma, ainda quando se trate de dissídio notório' (REsp n. 1.691.118/MG, Segunda turma, Rel. Min. Og Fernandes, DJe 11/10/2017).*

*[...]*

*Agravo regimental desprovido.*

*(AgRg no REsp 1772368/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 04/12/2018, DJe 07/12/2018)*

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS NA ORIGEM. DECISÃO SINGULAR. AGRAVO INTERNO. AUSÊNCIA. MATÉRIA SUSCITADA NO RECURSO ESPECIAL. NÃO EXAURIMENTO DA INSTÂNCIA. SÚMULA N. 281 DO STF. EXISTÊNCIA DE JULGAMENTO ANTERIOR COLEGIADO NÃO TEM O CONDÃO DE POSSIBILITAR A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.*

*[...]*

*3. Não comprovado o dissídio jurisprudencial, tampouco realizado o necessário cotejo analítico entre os arestos, a fim de demonstrar a similitude fática entre os casos confrontados e a interpretação divergente, conforme exigem os arts. 1.029, § 1º, do CPC e 255 §§ 1º e 2º, do RISTJ. A simples transcrição de ementas dos julgados não tem o condão de caracterizar o cotejo analítico.*

*4. Agravo regimental não provido.*

*(AgRg no AREsp 1072277/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI  
CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 06/12/2018)*

Ante o exposto, **conhece-se do agravo para não conhecer do Recurso Especial**, nos termos do artigo 34, VII, combinado com o artigo 253, parágrafo único, inciso II, alínea *a*, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intime-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator

